BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais/CCS – Outubro-Novembro-Dezembro de 2011 - ISSN 2175-9103 -Nº53

Boletim Número 53
Data: Outubro-Novembro-Dezembro/2011

EDITORIAL

O presente número de nosso Boletim chega ao público num final de 2011 repleto de crises e movimentações políticas que deixaram o mundo com poucas esperanças para 2012. A conjuntura internacional tem revelado o grau de letalidade que o capital financeiro impôs no mundo com sua hegemonia. Nosso Boletim apresenta um conjunto de matérias que darão ao leitor um pouco da percepção crítica da atual situação internacional.

Ingressamos nesse início da segunda década do século XXI no segundo ciclo da prolongada crise econômica internacional. A América latina neste cenário tem gestado formas de lutas e resistências que conformam particularidades capazes de revelarem a importância da integração regional.

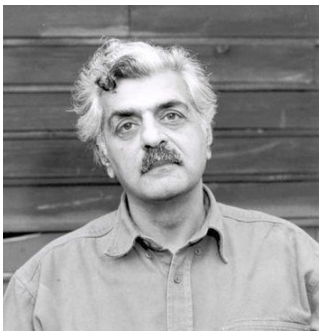
Também apresentamos nesta edição uma agenda de lançamentos e eventos que sem dúvida ajudam os debates na direção mais crítica.

Desejamos a todos(as) uma excelente leitura!

Profa. Dra. Silene de Moraes Freire
Coordenadora do PROEALC/CCS/UERJ

Entrevista

Tariq Ali: "Só protestar simbolicamente não é suficiente"



Nesta entrevista ao jornal Brasil de Fato, o escritor e editor da New Left Review analisa as movimentações políticas que sacodem a conjuntura internacional: das revoltas árabes aos indignados europeus, passando pelo Occupy Wall Street, América Latina e o Fórum Social Mundial.

Por
Heloisa Gimenez, Marcio Rabat e Vinicius Mansur

Brasil de Fato – Numa entrevista recente, o senhor disse que, diferentemente da resistência na América do Sul durante o final do século 20 e começo do 21, os países da chamada "Primavera Árabe" não produziram

organizações políticas. Então, quais são as forças políticas que devem emergir nesses países com a queda dos governos? Há semelhanças entre elas?

Tariq Ali – Aqui na América do Sul tivemos movimentos sociais conectando-se, criando novos movimentos políticos, organizações políticas, disputando eleições e chegando ao poder – isso é o importante e completamente novo: tomar o poder a partir do sistema democrático eleitoral. No mundo árabe tivemos grandes levantamentos, mas não produziram uma nova formação política. Na Tunísia e no Egito ocorreu que as organizações políticas que haviam sido reprimidas voltaram a aparecer, principalmente, as islamistas. Então, os novos personagens, os jovens que criaram os movimentos agora, ficaram sem voz política. A escala dos movimentos foi imensa, mas não produziram nada e, por isso, o exército no Egito pode tomar o poder novamente.

Na Tunísia os islamistas ganharam as eleições. Agora, existe um grande equívoco sobre esses partidos. As pessoas automaticamente pensam em terroristas, extremistas, fundamentalistas, mas esses partidos islamistas são religiosos, socialmente conservadores, como os democratas cristãos da Europa e os partidos dominados pela Igreja Católica em outros lugares do mundo. É muito importante pôr isso em perspectiva. Os partidos apoiados por luteranos e católicos existem em diferentes lugares do mundo ocidental e são aceites, mas quando os islamistas são eleitos, todo o mundo fica nervoso. Eu não concordo com esses partidos, mas há que se aceitar seu direito a ganhar eleições e que as pessoas aprendam através de suas próprias experiências.

No Egito, se são feitas eleições livres, é provável que a Irmandade [Muçulmana] ganhe. Calculo que tenham aproximadamente 40% do eleitorado, ou seja, podem formar um governo se o exército e os EUA permitirem. Se houver mudanças na Síria, algo similar acontecerá.

É importante entender a razão disso. De 1976 a 1989/90, a esquerda e os nacionalistas foram erradicados do mundo árabe pelos estadunidenses, em aliança com os islamistas – estes sim, islamistas duros. Então, existe um vazio e novos tipos de grupos islamistas estão surgindo. No Egito e na Tunísia, a esquerda está tentando organizar novos movimentos, partidos e esperemos que tenham êxito, mas até agora não tem forças, são pequenos, assim como em todo o mundo árabe.

Brasil de Fato – O que há de comum entre esses levantamentos e as mobilizações recentes da Europa e EUA, além de serem contemporâneos?

Tariq Ali – Há dois movimentos diferentes. Um são os movimentos nos EUA e Reino Unido, que são essencialmente movimentos de protesto simbólico, ocupando espaços públicos e se mantêm só nisso. Mas são muito importantes porque, ao menos, algo está acontecendo, são movimentos em uma etapa muito embrionária, pequenos, principalmente de jovens, às vezes alguns sindicalistas, e esse é seu alcance, simbólico. Não sabemos o que acontecerá com eles. Os EUA são imensos como o Brasil, não é tão fácil organizar- se, e, na minha opinião – e isso eu disse à ocupação em Oakland –, é extremadamente importante convocar uma assembleia popular de todos os movimentos para discutir como avançar. Do contrário, se diluirão, esse é meu temor.

Outro tipo de movimento está na Espanha e Grécia, que foram movimentos imensos, não somente protestos simbólicos. Na Espanha houve imensas ocupações em Madri, Barcelona e outras cidades, mas que não formularam uma carta ou programa ainda que de limitadas exigências. É evidente que o pensam, mas não o codificaram, não o puseram num plano que pudesse unir as pessoas por um longo tempo. Por isso, apesar dos imensos movimentos, tivemos na Espanha a vitória da direita nas eleições, os movimentos não participaram da política porque dizem que "a política é suja, asquerosa, manchada". Isso é um problema porque ou se faz uma revolução – que não é possível neste momento – ou se intervém no sistema político, tal como está, como na América do Sul, e tenta-se mudá-lo com novas constituições ou seja lá o que for. Não fizeram, e a Espanha é um grande fracasso.

Na Grécia houve seis greves gerais, movimentos massivos, mas nada de resultados, e o país está entregue aos banqueiros, literalmente. Um banqueiro foi nomeado para dirigir o país, de Papandreou a Papademos. Esse é um acontecimento interessante na Europa: os partidos políticos tradicionais já não podem dirigir o sistema. Então, agora são uma colônia da União Européia e os alemães e estadunidenses são quem decide: "Tudo bem, tomem o governo porque não confiamos neles". Isso é o que chamo de ditadura do capital que, de

distintas formas, é o "extremo centro", composto pela centro-esquerda e centro-direita, onde não importa quem está no poder, fazem exatamente as mesmas coisas. Contra eles é preciso uma resposta política, caso contrário, os movimentos poderão ser esmagados. Na minha opinião, era possível que os movimentos na Grécia tomassem uma cidade. Eu disse a eles: "Tomem Tessalónica! Simplesmente tomem! Capturem! Se a presença das massas é imensa, os militares não vão intervir. Convoquem uma assembleia popular, tenham delegados de todas as áreas e elaborem um programa para toda a Grécia e isso inspirará o mundo".

Brasil de Fato – Mas eles têm suficiente organização para isso?

Tariq Ali – Esse é o problema, poderiam ter feito. Creio que se houvesse 500 ou 600 pessoas pensando com clareza... Na Grécia há a combinação de mobilizações massivas e grupos escleróticos, atrofiados na esquerda. O Partido Comunista do Exterior, o Partido Comunista do Interior, cinco dezenas de grupos trotskistas que sequer podem se unir entre si, muito menos oferecer liderança às massas.

Brasil de Fato – E o que há de comum entre os movimentos dos EUA e da Europa e os da Primavera Árabe?

Tariq Ali – A crise de 2008, do sistema Wall Street, ou seja, do neoliberalismo, contra o qual os políticos não são capazes de lidar por causa do "extremo centro". Temos uma crise imensa e eles não fazem nada para desafiar a vigência do neoliberalismo e capitalismo; seguem implementando as mesmas políticas. Até economistas burgueses tradicionais os advertem que assim não se resolverão os problemas, mas eles temem fazer mudanças e abrir espaço para mais disputas.

Brasil de Fato – Mas não é essa nossa esperança?

Tariq Ali – Sim, e sou otimista. Agora temos que dizer: só protestar simbolicamente não é suficiente. Eles [neoliberais] estão plenamente confiantes de que não existe uma alternativa a eles. Não importam os movimentos de massas. Virão e passarão e, caso se tornem muito perigosos, podem ser esmagados. A menos que haja uma crise terminal do capitalismo, os neoliberais sempre se recuperarão. Por isso que muita gente no mundo tem esperanças verdadeiras de que algo diferente possa sair da América do Sul.

Brasil de Fato – O rompimento com o capitalismo não se dá porque não há vontade popular ou porque não temos uma alternativa?

Tariq Ali – Acho que temos uma alternativa, mas as pessoas ainda continuam um pouco traumatizadas pela queda da União Soviética e pela vitória do capitalismo na China. Isso fez com que muita, muita gente, tenha medo de propor alternativas. Acho que isso acabará, mas necessitamos um ou dois grandes êxitos em algum lugar para mostrar que é possível construir um mundo e uma economia que se desfaça completamente do capitalismo. Isso não aconteceu ainda. Independentemente da solidariedade com os processos da Bolívia, Venezuela e Equador, o capital permanece. E esse é o perigo para esses processos. A situação na América do Sul é de transição, podendo ir além, num bom caminho, ou retroceder, temos que estar conscientes disso.

Se olhamos objetivamente, o mundo está pedindo a gritos um sistema diferente. Essa é a imensa tragédia e a contradição em todos os níveis: na economia, nas condições de vida durante os últimos 20 anos, o tamanho da classe trabalhadora mundial, que dizem que desapareceu, na verdade passou de 1,6 bilhão nos anos de 1980 para mais de 3 bilhões agora, com a entrada do capitalismo na China, na Rússia, a expansão na Índia e até no Brasil. A classe trabalhadora mundial é imensa, mas está muito reprimida na China, na Rússia, mas está aí.

Em segundo lugar, agora está claro que a maneira como funciona o capitalismo degrada a ecologia do mundo e o clima. Qual é a solução? A economia planejada, global ou regional, onde exista grande colaboração e planejamento para salvar o planeta da devastação do capitalismo: temos que fazer isso, isso e isso. Não produziremos mais automóveis, tentaremos tirá-los de uso – não completamente: deixaremos que sejam usados para longas viagens, não dentro das cidades (nelas, teremos um sistema de transporte público). Mas os políticos não estão pensando assim, não podem nem começar a fazê-lo. Então, a necessidade objetiva do socialismo é muito forte, mas não acontece. Esses políticos e a elite capitalista que se une contra a classe trabalhadora global e os movimentos sociais não são capazes de salvar o planeta porque necessitam maximizar os vultuosos lucros, usar o dinheiro para fazer mais dinheiro. Isso é o que os determina e o que os explodirá em algum momento.

Brasil de Fato – Após mais de uma década das mudanças na América Latina, quais são os resultados?

Tariq Ali – Varia de país a país, mas há um padrão que provavelmente é o mesmo. Foi extremamente importante esses movimentos tomarem o poder em eleições democráticas, derrubando um dos pilares do Ocidente, que dizia que todos esses grupos que querem mudanças são antidemocráticos. Isso foi um impacto tremendo que não se deve subestimar. As vitórias eleitorais sucessivas de Chávez na Venezuela são extremamente importantes. Primeiro, é um líder muito valente, sem medo de dizer o que pensa diante dos EUA, o que é raro. Segundo, o fato de o maior produtor de petróleo da América se mover à esquerda é um grande atraso para os EUA e é um erro pensar que eles se renderam. Andaram e ainda estão ocupados com o Oriente Médio, mas começaram a atuar novamente aqui. Em Honduras, o Esquadrão da Morte voltou ao poder; usaram colombianos com regularidade para desestabilizar a Venezuela, puseram cada vez mais pressão sobre o Brasil para que intervenha a favor de seus interesses no continente.

Brasil de Fato – Hoje, pela primeira vez na história da América, não há embaixadores dos EUA na Venezuela, Bolívia e Equador. Isso reflete algo.

Tariq Ali – O PT chegou ao poder depois de uma decisão muito consciente – não foi por acidente – de não desafiar o sistema neoliberal. Não o fizeram e é por isso que por muitos anos a imprensa financeira, como o Financial Times, The Economist, dizia que existia na América do Sul o modelo bom, o Brasil, e o mau, os bolivarianos. O Brasil é o ornitorrinco descrito por Francisco de Oliveira: manteve, em nível económico, o modelo neoliberal – Palocci era um grande –, mas em assuntos externos mudou. Disseram aos EUA: "já não faremos o que querem", e as tentativas muito fortes de dividir Lula e Chávez foram neutralizadas. Talvez seja somente simbólico, mas foi muito importante.

Brasil de Fato – Então, qual é o balanço?

Tariq Ali – É misto. Isso é um problema, mas é o mundo em que vivemos. Vemos reformas sociais, tentativas de mobilizar desde baixo, envolver esses setores, fazê- los participar no funcionamento do sistema e isso é muito positivo. Vimos imensas quantidades de dinheiro postas a disposição. Mas o fato de que o capitalismo exista com todas suas contradições também significa que não se pode lidar com o país como um todo. Qual é a causa do nível de insegurança na Venezuela? Se houve uma verdadeira melhora das condições de vida dos pobres, por que ela acontece? É puramente interno ou parte é promovida pela intervenção colombiana para criar instabilidade? Provavelmente um pouco dos dois. Na Bolívia também houve avanços e problemas, que recentemente explodiram num confronto entre o povo e o governo, resultado da intervenção económica de uma empresa brasileira. Portanto, são problemas que permanecem conosco e acho que a única solução em médio prazo é os governos fortalecerem e institucionalizarem estruturas desde baixo. Assim, ainda que derrotados, a estrutura se mantém alternativa ao parlamento existente e o progresso conquistado não poderá ser totalmente revertido, porque, se tentar reverter as reformas, a direita sofrerá um tremendo levante.

Então, penso que é uma situação mista. Para o resto do mundo, o que aconteceu na América do Sul é o experimento mais radical até agora – dentro do capitalismo, de acordo –, mas muito radical, porque o mundo nos disse que o Estado não deve fazer nada, o que é muito irónico agora, quando há uma tremenda crise e é preciso recorrer ao Estado.

Brasil de Fato – O senhor acredita que o Brasil está promovendo um novo tipo de imperialismo?

Tariq Ali – Nos anos de 1970, tivemos este grande debate sobre se os poderes regionais poderiam chegar a ser subimpérios. Ironicamente, Cardoso [FHC] escreveu sobre isso, quando era de esquerda, na nossa revista New Left Review. Eu acho um problema, essas são as contradições do Brasil. Se fosse um governo de direita, não haveria contradições. O governo do PT permitiu que a indústria privada se metesse em sua indústria petroleira, fomentou investimentos de corporações ocidentais no Brasil e, logo, essa é sua própria lógica para operar em outros países do continente, sem ver que esses investimentos são vistos pelas pessoas desses outros países como um tipo de exploração.

É muito comparável com a Índia em partes da Ásia. Essa é a maneira como funciona o capitalismo, a menos que tenha um Estado que o controle. Todos esses projetos deveriam ser um corpo comum das repúblicas sul-americanas. O governo brasileiro provavelmente dirá: "Não depende de nós, é o capital". Mas depende deles, sim. Eles podem controlar o capital se quiserem.

Brasil de Fato – O senhor acha importante e possível um diálogo entre os processos sul-americanos e árabes?

Tariq Ali – É muito importante que ocorra. Mas os levantamentos árabes ainda não estabeleceram vínculos entre eles mesmos. Os Estados estão colaborando entre si, os movimentos estabelecem vínculos apenas episódicos, com alguns indivíduos. É extremamente importante mostrar alo que se fez na América do Sul. Quando estamos aqui, pensamos que não é suficiente, mas comparado ao que aconteceu no mundo árabe, é enorme. Quando Chávez visitou o mundo árabe há uns cinco ou seis anos e a Al-Jazeera o entrevistou por uma hora, foi a entrevista mais popular que haviam feito até então. Porque ele falou sobre o programa social da Venezuela, como estavam utilizando os recursos do petróleo e os árabes escutando- o se diziam: "Meu Deus, por que não aqui?". O diretor da Al-Jazeera me disse que receberam mais e-mails sobre essa entrevista do que sobre qualquer outra coisa que já transmitiram. Dezenas de milhares de e-mails que perguntavam, de diferentes maneiras: "quando o mundo árabe vai produzir um Chávez?".

Brasil de Fato – E qual é a imagem do Brasil no Oriente Médio?

Tariq Ali – Não creio que o Brasil tenha uma imagem. As pessoas pensam, desafortunadamente, em outros continentes neste momento. A Venezuela é uma exceção. Chávez, basicamente, pôs a Venezuela no cenário mundial. É o único país sulamericano que de verdade é bem conhecido, pelo programa bolivariano. Não creio que o Brasil tenha uma imagem, boa ou má.

Brasil de Fato – O Fórum Social Mundial (FSM) estabeleceu um diálogo entre organizações políticas de todo o mundo e o senhor participou bastante disso. O FSM poderia ser um espaço de encontro desses levantamentos hoje?

Tariq Ali – Não estou tão convencido disso porque, quando o FSM começou, era extremamente importante, era a primeira vez, desde o grande triunfo do capitalismo, que as pessoas de todo mundo que pensavam que era preciso outra coisa começaram a se encontrar para dizer uns aos outros: "Oi! Você ainda está aqui! Que bom!". Nesses anos existiam movimentos sociais grandíssimos, que podiam ser reconhecidos, que tinham representantes identificáveis. Tínhamos movimentos e ONGs, com contradições entre eles em alguns casos. As ONGs, por sua natureza, são obrigadas por seus patrocinadores a não serem políticas e se concentrarem em um tema, como una fábrica em particular em um país em particular. Como resposta aos problemas do mundo isso não é sufi ciente. Muitas ONGs na Ásia e no mundo árabe foram advertidas por seus patrocinadores para não se oporem à guerra no Iraque. Então, agora, com os movimentos sociais debilitados e com as ONGs dominado totalmente o FSM, acho que ele não é tão relevante. Deixei de ir aos FSMs nos últimos anos. Os de Porto Alegre foram muito importantes, mas os que se levaram a cabo agora... converteram- se em uma espécie de simbolismo. Nada é feito. Só te faz sentir bem por dois ou três dias. E agora tampouco te faz se sentir tão bem. Muita gente pobre não pôde chegar aos fóruns organizados na África porque eram muito caros. Seus organizadores têm que se perguntar: "Para que estamos organizando isso? Qual é o objetivo do FSM?" Porque o mundo mudou desde os primeiros fóruns, para melhor em alguns casos, e creio que o mais importante agora é o fortalecimento regional, unir as forças progressistas na América do Sul, unir as forças progressistas no mundo árabe, unir as forças progressistas na Europa contra os banqueiros e a burocracia que não foi eleita. Nisso que acho que devemos nos concentrar. E com as novas iniciativas estadunidenses, é muito importante criar um movimento de oposição na região do Pacífico.

**** Escritor e cineasta, Tariq Ali, 68, é paquistanês radicado na Inglaterra desde a juventude, onde cursou Ciências Políticas e Filosofia na Universidade de Oxford. Escreveu mais de duas dezenas de livros sobre história mundial e política e sete novelas. É editor da revista New Left Review, assessor da Telesul e articulista frequente em jornais como The Guardian e The Independent.***

Fonte: Brasil de Fato, 21/12/2011
Link: http://www.brasildefato.com.br/node/8511

Em Foco I

Quando o Estado não é laico

Tentativa de censura ao show de Ricky Martin expõe o poder da igreja no Estado e as consequências para a vida de mulheres, jovens e homossexuais – Honduras.

Sílvia Alvarez*
2011-10-29

Em Honduras, o simples anúncio de um espetáculo, intitulado “Música + Alma + Sexo”, gerou tanta polêmica nas últimas semanas que o presidente da república, Porfírio Lobo Sosa, foi obrigado a intervir. No palco do imbróglio estavam o cantor porto-riquenho Ricky Martin, a Confraternidade de Igrejas Evangélicas e o ministro do Interior, África Madrid.

Em carta enviada à Madrid, as igrejas evangélicas solicitaram a proibição da entrada do cantor no país, deixando claro o motivo: “O núcleo familiar que este artista tem, não é o tipo de família que as leis de Honduras e que a sociedade hondurenha quer constituir e fomentar nos jovens e no resto da população”.

Em março de 2010, Ricky Martin assumiu publicamente a homossexualidade, passando a andar sempre acompanhado pela família, que é composta por seu companheiro e dois filhos gêmeos - gerados através de inseminação artificial em barriga de aluguel.

Para Erick Martinez, do Movimento Diversidade em Resistência, essa situação prova que em Honduras o problema da homofobia é grave. “E isso acontece porque realmente não há um interesse do Estado em enfrentar o tema”, afirmou. “Estamos fazendo um trabalho parapromover uma politica pela não discriminação. Mas a mídia insiste em dizer que nossa luta é somente pelo direito ao casamento, por isso tanta polêmica em torno da família de Ricky Martin”, completou.

“**Moral e bons costumes”**

A partir do pedido das igrejas, o ministro África Madrid montou uma Comissão de Censura para avaliar uma demo do concerto do ex-integrante do grupo Menudo. Segundo o ministro, era necessário checar se o espetáculo garantia o “respeito a moral e aos bons costumes”. A comissão determinou que o show estava proibido para menores 15 anos. Por todos os países por onde passou - incluindo Brasil, Venezuela, Colômbia e Nicarágua - a turnê não sofreu nenhuma censura.

A essa altura da polêmica, o presidente Porfírio Lobo Sosa, que estava nos Estados Unidos, em visita a Obama, interviu, liberando o evento de qualquer censura. “Ele teve que tomar uma decisão porque o comportamento de seu ministro colocava em evidência que Honduras é homofóbica e que a igreja, em sua cota de poder, utiliza sim as instituiçõesdo Estado em seu benefício” opinou Erick Martinez. O tema da reunião com o Obama era justamente a situação dos direitos humanos em Honduras.

Censurar ou cancelar o evento, previsto para ser realizado no dia 18 de outubro (após o fechamento desta edição), em Tegucigalpa, também significaria comprar briga com patrocinadores de peso como o Banco Credomatic, a empresa de telefonia Claro e a cervejaria Corona, que investiram no show. “Não podemos esquecer que Ricky Martin é um empresário, embaixador do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e que o dinheiro do show será revestido para uma fundação que trabalha com direito das crianças”, acrescenta Martinez.

Religião e política

Para o ex-pastor e atual membro da comissão política da Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP), Guillermo Jiménez, o episódio evidenciou uma "hipocrisia histórica" e a linha tênue da relação entre religião e política. "Os religiosos falam que não têm que se meter em política, mas isso já é uma postura hipócrita. E os políticos, por sua vez, dizem que não têm que se meter em religião, mas quando convêm, usam a simbologia, os ritos e aparentam ser religiosos" analisa.

Segundo Jiménez, um exemplo dessa hipocrisia aconteceu quando, por ocasião do golpe de Estado civil-militar, que derrocou o então presidente Manuel Zelaya, os setores da igreja, principalmente o arcebispo de Tegucigalpa, Oscar Andrés Rodríguez, saíram em defesa de Roberto Micheletti, o presidente do regime golpista.

Micheletti foi qualificado como "o Messias da América Latina", "um herói nacional" ou "o eleito de Deus para defender a democracia". Para o ex-pastor, essas expressões religiosas com roupagem politica são as mais perigosas e manipuladoras. "Aí já não cabe a razã e sim a "revelação", o "profetismo". E se não há razão nem lógica há o caos", afirma.

Gilda Rivera, diretora do Centro de Direitos das Mulheres (CDM) e militante da organização Feministas em Resistência, chama a atenção para o fato de que as igrejas evangélicas e católicas vêm adquirindo cada vez mais força no país. "Possivelmente, um dos fatores tem a ver com todo o contexto econômico e politico em que vive a população. Buscam satisfazer direitos que não alcançam por causa da desigualdade, falta de oportunidade e violência", analisa.

Segundo ela, essas igrejas jamais se comprometeram com temas realmente importantes, como a luta pelo fim da violência contra as mulheres. Ela lembra que, em Honduras há uma igreja, chamada Mi Viña, cujo slogan é "Não se divorcie, nós trabalhamos por sua família". "O que está por trás desse slogan? Pregam que a mulher deve suportar a opressão, que o principal é manter a relação não importa o custo para a mulher e muitas vezes pros filhos e filhas".

Para a feminista, os setores fundamentalistas da igreja no poder acabam influenciando em políticas que prejudicam mulheres, jovens e homossexuais, já que incrementam o número de adolescentes grávidas, contágio de doenças sexualmente transmissíveis, evasão escolar e geram até custos econômicos para o Estado.

Um exemplo dessa influência foi o ataque à educação sexual no ensino público, através da proibição de uma cartilha que continha imagens de dois jovens nus, com a intenção de ensinar a localização dos órgãos sexuais e reprodutores. "Essa cartilha, que foi elaborada por especialistas da ONU, foi muito perseguida, sob o argumento de que continha 'pornografia', principalmente por uma deputada chamada Martha Lorena Casco. É uma senhora de muito dinheiro", denuncia Gilda.

Pílula do dia seguinte

Martha Lorena Casco foi eleita deputada no marco de uma campanha para uma maior participação feminina na vida política do país e, na época, obteve apoio do então candidato à presidência pelo Partido Liberal, Manuel Zelaya Rosales. "Depois, tornou-se uma das maiores apoiadoras do golpe de Estado. Nomearam-na vice-ministra de Relações Exteriores do regime golpista", conta a feminista.

A deputada é presidenta do grupo Pró-vida, organização estritamente ligada à igreja católica e que se declara "defensora da vida" e "contra o aborto e métodos anticoncepcionais". Em 2009, dois meses antes do golpe de Estado, Casco e seu grupo estiveram envolvidos numa das brigas entre Zelaya e o Congresso nacional, já demostrando as fortes contradições entre ambos.

A parlamentar pediu ao Congresso que proibisse a comercialização do contraceptivo de emergência. "Mas o congresso nacional não podia proibir porque é uma politica de saúde pública que depende do Executivo", explica Rivera. "Então, o Congresso enviou uma proposta de decreto para que o presidente Zelaya aprovasse. Mas ele vetou e o caso foi para a Corte Suprema de Justiça. Nisso se dá o golpe de Estado e, logo em seguida, a proibição é aprovada", relata.

Na opinião de Gilda esses setores religiosos fazem parte dos grupos oligárquicos do país que, além de contarem com muito recurso econômico, colocam e tiram pessoas de cargos públicos. "Estamos falando de um

grupo de poder. Estas não são pessoas religiosas, estão partindo de princípios fundamentalistas. E eles sabem que a libertação da mulher vai tocar nos seus privilégios. É uma semente de transformação".

Depois do golpe, as estatísticas

Segundo as organizações feministas e de diversidade sexual, os crimes contra homossexuais e a violência contra a mulher aumentaram depois do golpe de Estado, ocasião em que os grupos religiosos passaram a ter mais poder no Congresso. De acordo com dados do Centro de Direitos das Mulheres (CDM), os feminicídios (assassinato de mulheres por razão sexista) têm aumentado ano após ano, e chegaram ao total de 343 no ano de 2010. Mas, a organização evidencia que neste ano, tomando como base o ano de 2002, houve um aumento de 257.9% nas mortes. Em 2011, os números não melhoraram: pegando os seis primeiros meses e comparando com o mesmo período de 2010, os femincídios aumentaram em 25%.

"Há um aumento do feminicídio, assim como há uma alta dos homicídios gerais no país. Mas há, principalmente, um aumento da impunidade", ressalta Gilda. "Estamos trabalhando em um caso que um policial violou duas irmãs e os juízes não o puniram. Há outro caso em que um médico assassinou sua namorada, mas como ela era militante da resistência ao golpe de Estado, qualificaram como um "crime político", quando na verdade se tratava de um feminicídio íntimo. A impunidade sempre existiu, mas agora está mais forte".

Já o Movimento de Diversidade Sexual contabilizou, de junho de 2009 para cá, 57 assassinatos. O relatório da Anistia Internacional referente ao ano de 2010, denuncia a impunidade contra esses crimes: "Estes ataques, raras vezes são investigados exaustivamente e segue a inquietude da falta de proteção a quem denuncia estes delitos" afirma o documento.

Um exemplo de crime impune foi o cometido contra a travesti Deborah. Sua história é a mesma de muitos: na adolescência se assumiu homossexual e travesti. Quando seus pais se deram conta, a expulsaram de casa. Começou a prostituir-se como única maneira de sobreviver. Numa noite, ao se negar a entrar num carro com 5 pessoas, levou quatro tiros, na frente de muitas testemunhas, colegas de trabalho. "A polícia diz que está investigando, mas é totalmente falso. Nos dizem isso para que nos acalmemos e para que não sigamos denunciando a impunidade dos crimes", denunciou Oney Moreno, ex-companheiro de Deborah.

Sílvia Alvarez, jornalista de Brasil de Fato em Tegucigalpa
Link: http://www.vermelho.org.br/am/noticia.php?id_secao=11&id_noticia=167549

Em Foco II

Copa do Mundo criou 'cidades neoliberais', avaliam urbanistas

Najla Passos*
2011-11-19

RIO DE JANEIRO – Comitês populares criados nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 reclamam que a realização do megaevento – e também da Olimpíada de 2016 – estão motivando intervenções nos municípios que extrapolam a seara esportiva de modo prejudicial a seus habitantes. Queixam-se que os espaços públicos estariam sendo mercantilizados, que a especulação imobiliária corre solta, que famílias estão sendo despejadas por causa das obras.

Este tipo de crítica não se limita a quem muitas vezes está sentindo os problemas na pele. Também encontra eco em urbanistas. "Estamos frente a um novo pacto territorial, redefinido por antigas lideranças paroquiais, sustentadas por frações do capital imobiliário e financeiro, e amparadas pela burocracia do Estado", disse

Orlando dos Santos Junior, mestre e doutor em Planejamento Urbano e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Santos Junior integra o Observatório das Metrópoles, um instituto virtual que reúne cerca de 150 pesquisadores na discussão de temas urbanos. Para ele, os megaeventos esportivos alteraram o processo decisório nas cidades. Investimentos públicos e privados orientam-se agora em função dos eventos, não das necessidades das pessoas. Corte de impostos, transferência de patrimônio imobiliário e remoção de comunidades de baixa renda seriam exemplos disso. “Essas remoções são espoliações, já que as aquisições são feitas por preços muito baixos”, afirmou.

Mestre em arquitetura e urbanismo, a professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) Nelma Oliveira acredita que os megaeventos estão criando o que ela chama de “cidades neoliberais”. Nelas, decisões políticas e urbanísticas estariam subordinadas aos interesses privados. Isso seria visível nas regras de exploração comercial. “Existe um controle do espaço público para atender aos patrocinadores, que querem o espaço das cidades, e não apenas do estádio”, disse.

Além das comunidades carentes vítimas de remoção, Nelma aposta que trabalhadores informais e profissionais do sexo vão ser reprimidos. “Limpar a cidade e proibir a atuações desses grupos faz parte do processo de higienização das metrópoles”, afirmou a professora, que participou nesta sexta (18), junto com Santos Junior, de debate em seminário sobre comunicação que acontece no Rio.

Presente ao mesmo debate, o jornalista Paulo Donizetti, editor da Revista do Brasil, afirmou que os megaeventos deveriam ser uma oportunidade de a sociedade discutir políticas públicas. Mas o país não estaria aproveitando. “Qual poderia ser o legado humano desses eventos? Fala-se muito do legado físico, mas não se fala em aproveitar as Olimpíadas de 2016 e desenvolver uma política esportiva”, criticou.

Segundo ele, ao contrário de outros países latino-americanos, o Brasil não tem um programa esportivo universalizado. “Por que o esporte, no Brasil, é para poucos? Nós estamos preparando uma reportagem sobre a Copa e já descobrimos que 70% das escolas brasileiras não tem nenhuma quadra”, disse.

Fonte: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19000

Em Foco III

Pobreza atinge 17 milhões de pessoas na região amazônica

Vivian Fernandes,
da Radioagência NP

Quase metade das 34 milhões de pessoas que vivem na região amazônica estão abaixo da linha da pobreza. Entre os nove países que compartilham a floresta, o Equador e a Bolívia têm a situação mais crítica. Informações como esta constam no relatório “A Amazônia e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio”, que são metas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Apesar de a região possuir um Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 330 bilhões - cerca de R$ 586 bilhões -, a superação da pobreza é um dos desafios de melhoria dos indicadores sociais até 2015. Dos oito objetivos traçados pela ONU, apenas a igualdade na escolaridade entre homens e mulheres foi alcançada. Apesar de ocorrerem avanços, os índices regionais de desenvolvimento da Amazônia ficam abaixo das médias nacionais.

No tema ambiental, a Amazônia brasileira responde por 72% do desmate anual, seguido pela Venezuela, com 12,5%, e pelo Peru, 4,7%. Dados sobre a situação da saúde, trabalho, educação, mortalidade infantil e materna também são apresentados no relatório.

A pesquisa da Articulação Regional Amazônica foi divulgada neste mês de novembro no encontro "Cenários e Perspectivas da Pan-Amazônia", em Belém (PA).

Fonte: http://www.brasildefato.com.br/content/pobreza-atinge-17-milh%C3%B5es-de-pessoas-na-regi%C3%A3o-amaz%C3%B4nica

Em Foco IV

Morte aos que pedem paz

Movimento pelo fim da guerra ao narcotráfico no México passa a ser afetado pelo mesmo mal que lhe originou — a violência

Tadeu Breda*
15/12/2011

Pelo menos três integrantes do Movimento pela Paz com Justiça e Dignidade, que pede o fim da guerra ao narcotráfico no México, foram executados nos últimos três meses. O caso mais recente aconteceu na terça-feira (6), quando sujeitos encapuzados sequestraram e mataram o líder comunitário Trinidad de la Cruz Crisóforo. Poucos dias antes, em 28 de novembro, a violência já havia batido às portas de Nepomuceno Moreno Muñoz. E, em outubro, caía a primeira vítima dos pistoleiros entre os pacifistas: Pedro Leyva, encurralado no dia 7.

Dos três assassinatos, um aconteceu no Estado de Sonora, no norte do país, onde vivia Nepomuceno. Don Nepo, como era conhecido, tinha 56 anos e ingressara no Movimento pela Paz para denunciar o desaparecimento de cinco jovens, entre eles seu filho, cujo paradeiro está desconhecido desde julho de 2010. Nepomuceno participou das caravanas que percorreram o país de norte a sul para denunciar o aviltante número de mortes em decorrência dos enfrentamentos — já passam de 50 mil — e exigir o fim da militarização do país.

Embora a polícia tivesse se mostrado negligente em investigar o rapto de seu filho, Don Nepo havia descoberto fortes evidências de que membros da própria polícia haviam sido os autores do sequestro. E fez públicas suas suspeitas. Por isso, passou a ser ameaçado. Quando integrou a mesa de diálogo entre as vítimas da guerra e o presidente Felipe Calderón, em 14 de outubro, alertou pessoalmente o chefe de Estado de que estava jurado de morte. Pediu-lhe proteção, porque só o que estava fazendo era buscar alguma pista que esclarecesse o sumiço repentino de seu filho. Não adiantou. Enquanto dirigia seu carro no centro da cidade de Hermosillo, um veículo emparelhou com Don Nepo e, lá de dentro, uma rajada de tiros foi disparada. No chão foram encontrados sete cápsulas calibre 40 milímetros.

As outras duas execuções aconteceram no Estado de Michoacán, que fica na região central do país, banhado pelo Oceano Pacífico. Lá pereceram Pedro Leyva e Trinidad de la Cruz. Não por coincidência, ambos atuavam como líderes da comunidade de Xayakala, habitada por indígenas da etnia náhuatl e seus descendentes. Don Pedro, como era conhecido, comandava a polícia comunitária local — instituição bastante comum no interior do México, sobretudo em localidades de maioria indígena. Foi assassinado a queima roupa dentro de casa, pelo próprio primo, que havia recebido a seguinte proposta: ou matava seu parente distante ou teria os quatro filhos executados.

Quando foi atingido, Don Pedro se preparava para integrar o diálogo com o presidente Felipe Calderón, que aconteceria apenas uma semana depois. Foi o mesmo encontro em que esteve presente Don Nepo, o mesmo em que pediu a proteção do Estado contra as ameaças que vinha sofrendo.

A última vítima da violência dirigida aos membros do Movimento pela Paz também vivia em Xayakala. O corpo de Trinidad de la Cruz foi encontrado nesta quarta-feira (7) no município de Aquila, a poucos quilômetros de onde fora raptado. O assassinato de Don Trino, como era conhecido, coincidiu com a realização — e o de Don Pedro, com a convocação — de um plebiscito em que os moradores de Xayakala deveriam decidir se permaneceriam em suas terras ou deixariam o local em troca de indenizações. O local sofre forte pressão econômica de conglomerados empresariais turísticos e de mineração, mexicanos e estrangeiros. Sem contar o acosso dos cartéis da droga, que disputam a região devido à sua localização geográfica — mar e montanha, próxima à capital.

Aqui duas lutas sociais se misturam: o Movimento pela Paz, mais recente, e a centenária resistência dos povos indígenas e camponeses para fazer cumprir os títulos fundiários (ou cédulas reais) que lhes foram outorgados pela Coroa espanhola ainda durante a época da colonização. Mesmo em posse dos documentos, muitas comunidades foram, pouco a pouco, despojadas de suas terras. Até que resolveram reagir e recuperar o que sempre foi seu por uso e costume — e que também é seu por direito.

O analista Jaime Avilés escreveu no diário mexicano *La Jornada* que a resistência do povo de Santa María Ostula — onde se localiza Xayakala — já provocou 26 assassinatos desde 1967, quando a situação começou a se agravar. Foi devido à escalada de violência, atesta Avilés, que os moradores locais resolveram criar uma polícia comunitária. Com o tempo, a milícia popular mostrou-se eficaz também para dificultar a ação dos narcotraficantes na região.

"Os motivadores do plebiscito são as famílias Fox *[do ex-presidente Vicente Fox, sucessor e aliado de Calderón]*, Bribiesca e os empresários hoteleiros espanhóis, assim como empresas de mineração, que planejam construir um ferroduto, ou seja, uma tubulação para transportar o ferro das montanhas de Jalisco até Xayakala, onde pretendem instalar um porto de grande calado e, assim, exportar o metal para a China, que está logo ali, do outro lado do Pacífico", explica.

As palavras de Jaime Avilés ganham força porque, três dias antes do sequestro e morte de Trinidad de la Cruz Crisóforo, o analista já previa que mais sangue correria em Michoacán por causa da consulta pública. "Quando, desesperados pela violência dos cartéis e de todos os endinheirados com interesses na região, os dirigentes de Ostula foram a Morelia, capital de Michoacán, pedir ajuda ao governador, este se desculpou, envergonhado, dizendo que não poderia fazer nada", escreveu Avilés. "Então solicitaram ajuda da Marinha e do Exército. Nada mudou, mas o risco de que a realização do plebiscito provoque uma nova onda de assassinatos persiste, e as autoridades têm a obrigação legal de evitá-la."

Não evitaram. O Movimento pela Paz, que havia mandado representantes para observar a realização do plebiscito em Xayakala, publicou uma nota de repúdioao mais recente atentado contra seus integrantes. O documento afirma que os assassinatos "demonstram a falta de implementação das medidas recomendadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, com isso, a falta de compromisso do Estado em proteger os defensores e defensoras dos direitos humanos, o que nos preocupa ainda mais devido ao clima de violência generalizada e à emergência nacional que vivemos no país".

Além de Don Trino, Don Nepo e Don Pedro, pelo menos outras duas pessoas que lutavam por justiça e dignidade foram brutalmente assassinadas em dezembro de 2010 e fevereiro de 2011. Não são contabilizadas como membros do Movimento pela Paz porque, naquele então, a organização ainda não existia como tal. Foi só em março, com a morte de Juan Francisco Sicilia, filho do poeta Javier Sicilia, que toda a indignação dispersa pelo país — e o cansaço com a guerra — reuniu-se e institucionalizou-se. A luta dos "pais órfãos de filhos", porém, começou junto com a militarização do país.

Marisela Escobedo talvez seja o maior símbolo do desespero que vivem familiares e amigos dos mais de 50 mil mortos pelo enfrentamento entre narcotráfico, polícia e forças armadas. Seu caso é escandaloso. Marisela foi executada em frente ao palácio de governo do Estado de Chihuahua, norte do México, quando tentava pendurar um cartaz em protesto à impunidade que recaiu sobre o assassino de sua filha, Rubí, morta em 2008, aos 16 anos. Diante das repetidas negativas da polícia em elucidar o caso, Marisela havia investigado o crime sozinha. Como Don Nepo, estava sendo ameaçada e havia pedido proteção policial. Disse que, diante da

injustiça, só descansaria se a matassem — o que aconteceu no dia 16 de dezembro, em plena luz do dia, descaradamente, nas barbas do poder público.

Dois meses depois, no Estado de Durango, seria a vez do empresário Leopoldo Valenzuela ser executado. Don Polo havia visto seu filho ser sequestrado por criminosos. Ao receber o pedido de resgate, seguiu as instruções dos sequestradores e não denunciou o caso à polícia. Pagou a quantia exigida pela quadrilha, porém os bandidos não entregaram seu filho. Leopoldo, então, resolveu denunciar o crime às autoridades. E, assim como Marisela, deparou-se com uma enorme passividade. Mas não desisitu. Correu atrás das evidências e detectou algumas irregularidades na investigação.

Então decidiu ir a público. “Durante várias semanas”, diz o jornal *La Jornada*, “o empresário falou sobre sua inconformidade com o governador Jorge Herrera Caldera, criticou o desempenho da polícia e sugeriu que havia cumplicidade” com o sequestradores. Como resultado, no dia 6 de fevereiro um grupo entrou em seu estabelecimento e tentou raptá-lo, como haviam feito com seu filho. Don Polo resistiu e foi executado.

Não é a toa que, no final de novembro, a Corte Penal Internacional, com sede em Haia, na Holanda, recebeu uma denúncia contra o governo mexicano por crimes de guerra e de lesa-humanidade perpetrados pelo governo Felipe Calderón e pelos chefes do narcotráfico (como Joaquín Guzmán Loera, conhecido como El Chapo, que dirige o cartel de Sinaloa) no contexto da guerra contra as drogas. Mais de 23 mil pessoas assinam o documento, que é a maior ação civil recebida pela Corte em toda sua história.

O advogado mexicano Netzaí Sandoval, um dos autores da petição, disse ao jornal espanhol *El País* que o clima no México é de impunidade absoluta. “Nem a guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão provocou tantas mortes. O Estado mexicano assume que é legítimo assassinar criminosos e utiliza o exército para cumprir funções policiais”, explica. “Os cartéis, por outro lado, aproveitam os vazios de um sistema legal que ignora os crimes de guerra ou de lesa-humanidade.”

A oito meses do pleito presidencial, Felipe Calderón incluiu em seus discursos a seguinte frase: “A violência está colocando em risco a democracia mexicana.” É curioso ouvir tal afirmação da boca de alguém que assumiu o poder após vencer umas eleições sobrecarregadas de indícios fraudulentos. Mas Calderón não é o único a adotar o bordão. José Luís Vargas Valdez, titular da Promotoria Especializada em Delitos Eleitorais, também afirmou que “a violência é a maior ameaça para a democracia no México”.

Cabe perguntar — como faz a articulista Magdalena Gómez, no *La Jornada* — se o presidente esqueceu ou pretende esquecer que a mortandade é resultado direto de sua principal política de governo.

Fonte: http://www.latitudesul.org/2011/12/15/morte-aos-que-pedem-paz/

Espaço Aberto I

Balanço da América Latina em 2011

O ano foi de confirmação das tendências da década anterior, mesmo no marco do aguçamento da crise econômica internacional, cujos efeitos voltaram a sentir-se de maneira direta na economia dos países do continente.

Emir Sader*

Neste segundo ciclo da prolongada crise econômica internacional, os países que privilegiam a integração regional, da mesma forma que em 2011, conseguiram resistir e não entrar em recessão, apesar de que tiveram

que diminuir seus ritmos de crescimento, pela diminuição da demanda dos mercados do centro do capitalismo e pela diminuição dos créditos.

A novidade foi que, se em 2008, surpreendidos pela crise, os países trataram de defender-se dos seus efeitos em nível nacional, desta vez se avançou na coordenação das políticas regionais, especialmente através da Unasul, para coordenar o uso das suas divisas, avançar na desdolarização do comércio regional e intensificar seus centros de financiamento regional, como o Banco do Sul e a Coordenação Andina de Fomento.

Acontecimentos políticos

Do ponta de vista político geral, a eleição de Ollanta Humala como presidente do Peru foi o acontecimento politico novo, confirmando as tendências gerais na região. A reeleição de Cristina Kirchner consolida os governos progressistas na Argentina. No primeiro caso, um país que tinha assinado um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA, se desloca da esfera de influência prioritária de Washington, para aproximar-se dos processos de integração regional. No segundo, a confirmação das tendências gerais na região de que, governos progressistas, que centram sua política no desenvolvimento econômico e social, com eixo em políticas sociais redistributivas, conseguem amplo apoio popular e tem sido reeleitos ou tem eleito seus sucessores.

Se estende assim a gama de governos progressistas, incorporando agora o Peru e desarticulando a tentativa estadunidense de construir um eixo do Pacifico – com Peru, Chile, Colômbia a que se uniria o México – como contraponto ao Mercosul e à Unasul.

A Unasul teve avanços importantes, sob direção colombiana, demonstrando como a Colômbia estendeu um dos seus bracos para os processos de integração regional, enquanto continua seus tramites para assinar um TLC com os EUA.

Este fenômeno, junto ao movimento novo do Peru e às manifestações no Chile contra Pinera, diminuíram ainda mais a influência dos EUA na região, ainda mais que o desgaste do governo do México e o clima pré-eleitoral que passa a se instalar nesse país, com certas possibilidades de vitória do candidato de esquerda – López Obrador – nas eleições de julho do próximo ano 2012.

Conflitos internos

Os governos progressistas tiveram que enfrentar conflitos internos, menos com a direita – em geral derrotada, embora seu segmento midiático continue forte – e mais com contradições dentro do campo popular. O caso boliviano foi o mais agudo, embora o tema esteja presente em outros países, como Equador, Argentina e Brasil.

Esses novos conflitos, dentro do campo popular, se dão em torno do problema não resolvido entre desenvolvimento econômico e equilíbrio ecológico, que afeta a construção de estradas, de represas, de usinas de energia, entre outros. Quando se estremam as posições, resta um desenvolvimentismo tecnocrático por um lado, um preservacionismo conservador por outro, tornando antagônicas contradições que o campo popular não tem conseguido resolver através do diálogo.

No caso da Bolivia, somando-se ao fracassado “gasolinazo” de dezembro de 2010 e outros conflitos setoriais, representou reveses para o governo Evo, que trata agora de recuperar sua liderança, um dos baluartes do fundamental processo de transformações boliviano. Nos outros países permanecem tensões, que às vezes se expressam em conflitos políticos, às vezes não, mas que permanecem sem solução ou com soluções pelas vias de fato – ou obras que terminam avançando ou outras, inviabilizadas, sem discussão e acordo politico, sobre um tema que só tende a se agudizar.

2012

A perspectiva para 2012 é a de projeção do marco econômico atual, com diminuição do ritmo de crescimento das economias, mas sem cair na recessão. Do ponto de vista político, as eleições no México e na Venezuela são os dois acontecimentos de maior projeção. Na Venezuela, Hugo Chávez é o favorito para mais um mandato, com a recuperação da economia, novos programas sociais, enquanto a oposição, apesar da

promessa de unificação, continua sem uma liderança com hegemonia e apoio popular. Dez pré-candidatos se apresentam, facilitando provavelmente a vitória de Hugo Chávez.

No México, o fracasso do governo Calderón marca o fim dos dois mandatos do PAN e uma disputa entre o velho PRI e o PRD. Pena Nieto, pelo PRI e López Obradoz, pelo PRD, polarizam a disputa, com favoritismo, por enquanto do PRI, pela força da estrutura nacional recomposta do partido, pelos governos estaduais que detem e pelo monopólio da mídia. López Obrador conta com um trabalho de base desenvolvido ao longo de cinco anos e com a imagem de democratização e luta contra a corrupção, podendo surpreender, o que fará com que as atenções dos EUA estejam voltadas no próximo ano centralmente nas eleições mexicanas.

É um sociólogo e cientista político brasileiro. De origem libanesa, é graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, mestre em filosofia política e doutor em ciência política por essa mesma instituição. Nessa mesma universidade, trabalhou ainda como professor, inicialmente de filosofia e posteriormente de ciência política. Trabalhou também como pesquisador do Centro de Estudos Sócio Econômicos da Universidade do Chile e foi professor de Política na Unicamp. Atualmente, é professor aposentado da Universidade de São Paulo, dirige o Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde é professor de sociologia.

Fonte: http://www.vermelho.org.br/sp/noticia.php?id_noticia=171472&id_secao=7

Livros/Lançamentos



MARTORANO, Luciano MARICATO, Ermínia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2011.

A autora analisa porque apesar da retomada dos investimentos em saneamento e habitação, pelo Governo Federal, a partir de 2003, e apesar da febre "participativista" decorrente da criação de mais de 10.000 conselhos de políticas públicas, a herança do período neoliberal (ajuste fiscal, baixo crescimento econômico, recuo nas políticas sociais) e o impasse na política urbana decorrente especialmente da manutenção persistente do padrão fundiário excludente, a vida nas cidades brasileiras continua a piorar.



ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo, Boitempo, 2012

Depois de dedicar duas décadas de estudo à compreensão do mundo operário no Brasil e outras duas ao que ocorre com os trabalhadores nos países capitalistas do Norte, o professor de sociologia da Universidade Estadual de Campinas, Ricardo Antunes, decidiu que chegara o momento de focar sua pesquisa no continente do labor, a América Latina. "Era hora de procurar compreender o que se passa neste continente

que nasceu para servir e trabalhar, mas que sabe também conjugar felicidade com rebelião, sofrimento com liberação, espoliação com revolução", afirma o professor.

Em seu novo livro, O continente do labor, o sociólogo oferece um olhar latino-americano ante os dilemas do mundo do trabalho em três frentes principais: a primeira parte reúne textos escritos sobre a temática do trabalho, da dependência, das lutas populares e de outros desafios presentes em nosso continente; a segunda parte oferece um balanço sintético das lutas sociais e sindicais no Brasil do século XX e início do XXI. Já a terceira parte oferece um breve panorama descritivo do sindicalismo latino-americano por meio das suas principais centrais sindicais. "À luz da categoria trabalho, nesta obra são analisados os momentos mais importantes da história do continente, desde a época da conquista sangrenta de cinco séculos atrás até hoje", afirma Renán Vega Cantor, autor da orelha do livro. "Este livro é uma continuação da prolongada preocupação do autor em compreender as características do trabalho, em sua particularidade que articula análise teórica sustentada na melhor tradição marxista existente em várias partes do mundo, por meio do estudo sistemático da realidade concreta de nosso continente".

O texto inicial, que dá título ao presente volume, foi escrito originalmente para a premiada enciclopédia Latinoamericana (Boitempo, 2006), neste caso adaptada ao formato de verbete. Agora, em O continente do labor o leitor encontra a versão integral do texto, com seu sentido informativo conservado, procurando oferecer um panorama sobre o mundo do trabalho, suas principais lutas e embates na América Latina. "Partindo de uma perspectiva de pensamento teórico e crítico que nega totalmente a visão eurocentrista e unidimensional dominante, Ricardo Antunes analisa de frente os obstáculos, dilemas e perspectivas do mundo do trabalho e dos movimentos sociais e populares latino-americanos no contexto não só da relação tradicional Norte-Sul, mas Sul-Sul, para vislumbrar, de dentro, os processos históricos de emancipação que ocorrem em *nuestra América* na atualidade", conclui Adrian Sotelo Valencia, autor da quarta capa.

O livro conta ainda com reflexões e pesquisas recentes sobre o Brasil, país que, segundo Antunes, "teima em dar as costas para a América Latina, muitas vezes sem se dar conta de que é parte viva dela". O passado e o presente do sindicalismo, o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), o significado de 1968 para a nossa história, a precarização do trabalho e o desemprego e o significado do governo Lula são apresentados em seis textos.

Agenda Acadêmica

X Congresso Internacional de Saúde Mental e Direitos Humanos

Data: 17 a 20 de Novembro de 201
Local: a Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo
Informações: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/convite_xcongresso_saudemental2011.pdf

Convocamos vocês a participar do X Congresso Internacional de SaúdeMental e Direitos Humanos "Práxis da inclusão, subjetividade e cidadanias", organizado pela Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo, a ser realizado entre 17 e 20 de Novembro de 2011, nas sedes da nossa Universidade, localizada na Rua: Hipólito Yrigoyen, 1584 e 1432, Buenos Aires - Argentina. No âmbito do Congresso acontecerá o V Fórum de Saúde Pública, Saúde Mental e Direitos Humanos, o VIII Encontro da Luta Antimanicomial, o VI Encontro Internacional de detidos em Movimento, II Fórum Internacional sobre Crianças e Adolescentes e o II Encontro de Arte, Desinstitucionalização e Direitos Humanos.

35º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Data: 24 a 28 de Outubro de 2011
Local: Cidade de Caxambu (MG)
Informações: http://www.encontroanpocs.org.br/2011/?page=1&menu=Home

A ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – foi criada para agrupar e representar centros de pesquisa e programas de pós-graduação que atuam no campo das Ciências Sociais. Inicialmente, em 1977, contava com 14 centros e/ou programas de pesquisa, hoje, somam 86 filiações de instituições que têm na Sociologia, na Antropologia e na Ciência Política seu campo de atuação. As atividades da ANPOCS incluem a realização do Encontro Anual, um concurso de bolsas e de dotações para pesquisa, as reuniões periódicas dos diversos comitês assessores e da própria Diretoria e as publicações.

Seu próximo encontro, que acontecerá do dia 24 a 28 de Outubro de 2011, na cidade de Caxambu (MG), terá as inscrições antecipadas *online* abertas a partir do dia 10 de junho de 2011. Os valores até o dia 18/06 são mais baixos e as inscrições podem ser feitas até o dia 03/10/11. Vale lembrar que os participantes com apresentação de trabalho aprovado em GT devem fazer o pagamento de sua inscrição no Encontro até a data máxima de 17/06/2010, o que garante sua participação.

Mesa Redonda no IPPUR: Desenvolvimentismo e Liberdade Acadêmica

Data: 22 de novembro
Local: Auditório do Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)
Informações: Auditório do Instituto de Pesquisa Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)

Mesa redonda no IPPUR, dia 22 de novembro: Desenvolvimentismo e liberdade acadêmica - o caso dos processos judiciais contra pesquisadores de impactos ambientais da siderurgia no Rio de Janeiro.

A retórica desenvolvimentista vem sendo crescentemente evocada para justificar a atração de investimentos internacionais a qualquer custo. Impactos sociais e ambientais indesejáveis são por vezes desconsiderados e obscurecidos em nome das promessas de emprego e receita pública. Observa-se que, por vezes, tal desconsideração pode desdobrar-se em restrição ao debate público e à liberdade acadêmica: este é ocaso quando processos judiciais tentam constranger a autonomia da pesquisa científica. O presente debate pretende refletir sobre as condições do exercício da autonomia na produção científica, a partir do caso dos processos abertos por uma empresa siderúrgica contra pesquisadores que observaram efeitos ambientais indesejáveis da instalação fabril.

Expediente
Reitor
Prof. Ricardo Vieiralves de Castro
Vice-reitora
Profª Maria Christina Paixão Maioli
Sub-reitora de Graduação
Profª Lená Medeiros de Menezes
Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron
Sub-reitora de Extensão e Cultura
Profª Regina Lúcia Monteiro Henriques
Diretor do Centro de Ciências Sociais
Prof. Domenico Mandarino
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Assistente Editorial
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
Coordenação de Produção
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Margareth Doher (PROEALC/CCS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Andreia de Souza Carvalho (PROEALC/CCS/UERJ)
Assessoria de Informática
Anísio Borba (PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Os textos publicados são de responsabilidade dos autores.